

## **35º Encontro Anual da ANPOCS**

### **GT01 - Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura**

#### **Sociedade Civil Organizada e Novas Tecnologias de Comunicação e Informação: ação cidadã e implementação de políticas públicas na cidade de São Paulo**

Rafael de Paula Aguiar Araújo  
Prof. Dr. da PUC-SP e da FESPSP, pesquisador do  
NEAMP  
[rafa77@uol.com.br](mailto:rafa77@uol.com.br)

Claudio Luis de Camargo Penteadó  
Prof. Dr. da UFABC e pesquisador do NEAMP  
[claudio.penteadó@ufabc.edu.br](mailto:claudio.penteadó@ufabc.edu.br)

Marcelo Burgos Pimentel do Santos  
Doutorando em Ciências Sociais pela PUC-SP e  
pesquisador do NEAMP  
[marceloburgos@uol.com.br](mailto:marceloburgos@uol.com.br)

## **Sociedade Civil Organizada e Novas Tecnologias de Comunicação e Informação: ação cidadã e implementação de políticas públicas na cidade de São Paulo**

### **Resumo**

Esse artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação por parte de grupos da sociedade civil organizada, que atuam na cidade de São Paulo, para a promoção de uma cidadania mais participativa. A pesquisa procurou identificar o potencial de atuação dos grupos a partir do uso da Internet, inclusive como espaço para debate político (deliberação pública), analisando suas formas de ação e os resultados alcançados. Foi avaliado também o potencial de formação de uma agenda de políticas públicas, o exercício de pressão sobre os atores políticos e, por fim, o envolvimento na implementação das ações públicas e na avaliação e monitoramento das políticas urbanas. Os resultados indicam que existe um número cada vez maior de grupos da sociedade civil se apropriando dos dispositivos da Internet em suas práticas, promovendo novas formas de participação cidadã e de exercício da política.

Palavras-chave: Sociedade Civil; Internet; Políticas Públicas. Rede Nossa São Paulo; Políticas Urbanas.

### **Introdução**

O rápido desenvolvimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) tem incorporado uma nova dinâmica nas relações sociais. Especialmente na Internet, seu uso tem aberto novas possibilidades de ação e participação política, através de dispositivos comunicacionais interativos e colaborativos. Os cidadãos utilizam as facilidades tecnológicas da Internet para participar de atividades políticas, trocando experiências e idéias, com demais membros da sociedade civil organizada ou ainda com as instituições públicas, ampliando as formas de participação cidadã. Essa nova realidade coincide com aquilo que o escritor canadense Don Tapscott chamou de “inteligências conectadas”<sup>1</sup>. Por outro lado, os governos democráticos também começam a perceber a importância das NTICs e passam a atuar em três dimensões: governo-negócio (G2B – *government to business*); governo-cidadão (G2C – *government to citizens*) e; governo-governo (G2G – *government to government*), formando o governo eletrônico ou *e-gov*, de acordo com Rezende *et. al.* (2003).

Segundo Meijer *et al.* (2009) existem três formas de participação na vida pública:

---

1 Entrevista publicada no jornal Folha de São Paulo em 29/07/2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me2907201124.htm> Acesso em: 29/07/2011.

participação nos processos políticos (*political participation*), administrativos (*policy participation*) e sociais (*social participation*). Essas três formas possuem características específicas, mas têm em comum a idéia de alargamento da cidadania, seja na atuação direta nos processos políticos, seja na participação no ciclo das políticas públicas ou em outras atividades de promoção e desenvolvimento social. Com o maior alcance e uso das NTICs surgem novas possibilidades de participação na vida pública, a e-participação (ou participação eletrônica, permitida através do desenvolvimento técnico das TICs). Entretanto, como sugerem Meijer *et al.* (2009) a agenda de estudos desse novo fenômeno sócio-político é voltada, predominantemente, para a avaliação de como os governos usam os *websites* (como portais institucionais) para provocar respostas dos cidadãos, mas muitas das formas de e-participação não são resultado de ações de governos, nascendo da articulação de segmentos da sociedade civil (movimentos sociais, ONGs, organizações do terceiro setor, etc).

Um exemplo dessa forma de participação é a atuação desses agentes sociais no processo de políticas públicas (*policy participation*), seja na sua definição, implantação, operação ou avaliação das mesmas. Maria da Gloria Gohn (2010) indica que as ONGs e organizações do terceiro setor, a partir da década de 90, operam, em muitos casos, em parceria com os governos no desenvolvimento de políticas públicas, assumindo o que a autora vai chamar de um “novo protagonismo social”. Essa forma de atuação responde a uma nova conjuntura econômica dessas organizações e aos novos critérios impostos por organismos da cooperação internacional para apoiar seus projetos.

Com o desenvolvimento das NTICs surgem novas possibilidades de participação pública cidadã, principalmente dentro do “espírito” da Web 2.0. A articulação dos usuários por meio de redes e de processos colaborativos cria um novo cenário para a ampliação da participação, gerando novos parâmetros de interação entre os cidadãos e entre estes e as instituições políticas e sociais. Nesse contexto, a e-participação pode ser entendida como a relação entre tecnologias e novas práticas sociais e políticas, de forma que as tecnologias criam suportes para as práticas ao mesmo tempo em que as transformam. As NTICs possibilitam a criação de ferramentas para envolver os cidadãos na busca de soluções para problemas sociais, através de uma interação mediada e articulada em rede (MEIJER *et al.*, 2009).

Para Hardt e Negri (2005), a globalização e o desenvolvimento das NTICs facilitam a criação de novos circuitos de cooperação e colaboração que permitem novas

possibilidades de encontros, inclusive virtuais, aumentado assim as chances que os cidadãos têm para encontrar pontos comuns com outros cidadãos que suscitem ações em conjunto. Eles fazem uma distinção entre massa e multidão, sendo a primeira definida como indiferente e a segunda como múltipla. A multidão, ao contrário das massas que tendem a uma homogeneização, não tem como objetivo tornar todos iguais, mas proporcionar, de forma criativa, meios de convergência para trabalhar e viver em comum, de modo que todos possam expressar suas diferenças de modo livre e igualitário. Assim, o surgimento de redes cívicas que se articulam e se mobilizam através da Internet tem a potencialidade de criar novas formas de participação dentro de uma perspectiva política emancipatória.

Nesse contexto de transformações nas práticas de participação política por meio do uso das novas tecnologias, o presente trabalho centrou sua análise na participação cidadã nos processos de formulações de políticas públicas (*policy participation*) articulada pelo uso das NTICs, sem, no entanto, ignorar a existência de interdependência entre outras formas de participações políticas e sociais, que também atuam de forma conjunta dentro do universo digital.

O contexto da e-participação ganha uma configuração mais específica no Brasil devido às novas configurações dos arranjos políticos estabelecidos a partir de Constituição de 1988. A nova legislação, seguindo princípios cidadãos, teve duas importantes características que influenciaram a execução das políticas públicas: a descentralização das políticas e a maior participação da sociedade na gestão pública como mecanismos democráticos de controle social (SOUZA, 2001). Maria da Glória Gohn (2011) argumenta que a América Latina, desde os processos de democratização dos anos 80, tem passado por uma “institucionalidade de práticas civis em espaços públicos” através das “inovações democráticas desenvolvidas na esfera pública” (GOHN, 2011, p. 224). Algumas práticas inovadoras dentro desses princípios foram criadas de forma a promover maior participação da sociedade dentro do processo de gestão pública e promoção da cidadania (FARAH & BARBOZA, 2000).

Essas inovações democráticas possibilitadas pelas NTICs ampliam a participação cidadã no desenho, implementação e avaliação das políticas públicas. Pode-se citar, como exemplos dessas recentes ações, o Orçamento Participativo Digital em Belo Horizonte (SAMPAIO *et al*, 2010; NABUCO *et al*, 2009); a formação de redes tecno-sociais como da Associação Brasileira de Organizações Não-governamentais (ABONG) e Viva Rio

(EGLER, 2010); ou ainda a criação de blogs para o debate sobre as políticas culturais do Ministério da Cultura (PENTEADO, ARAUJO, SANTOS, 2011), entre outros exemplos.

Os mecanismos da Internet possibilitam que os grupos da sociedade civil se articulem politicamente e socialmente para uma participação mais efetiva e direta sobre o desenvolvimento das políticas públicas; mas também cria mecanismos de mobilização e articulação dos cidadãos, rompendo com o modelo gerencialista de gestão pública que limitava o campo das políticas ao círculo da burocracia estatal e dos gestores públicos, criando uma possibilidade de maior democratização e participação pública.

Uma perspectiva mais tradicional da administração pública tende a ignorar a participação cidadã, enfatizando o caráter “técnico” das políticas públicas. Contudo, como demonstra a literatura (SOUZA, 2006; FREY, 2000), o aspecto político é um elemento central, que perpassa todo o ciclo das políticas públicas. Nesse sentido, existe a possibilidade de atores da sociedade civil, a partir de uma perspectiva de governança, terem um papel mais ativo dentro desse processo, principalmente pela utilização das ferramentas das NTICs e pelo uso do espaço virtual para debate, mobilização e articulação política (*online e offline*).

A interação cidadã nos espaços digitais com preocupações comuns é entendida como *e-governança*. A interação entre os cidadãos na Internet é usada para facilitar as formas de participação, quer através da antecipação de demandas para o sistema político e administrativo ou mesmo criando formas de apoio mútuo (MEIJER *et al.*, 2009). Assim, a compreensão das novas formas de participação articuladas através da Web é essencial para o estudo das relações políticas produzidas na contemporaneidade<sup>2</sup>. A participação social permite uma maior transparência, o aperfeiçoamento do *accountability*, além da promoção da cidadania e o aumento da eficiência das políticas públicas por meio do controle social.

Inseridos nesse contexto informacional da sociedade em rede (CASTELLS, 1999), diversos grupos da sociedade civil estão utilizando as ferramentas da Internet e a arena interativa e colaborativa do ciberespaço para se organizarem e atuarem politicamente, inclusive exercendo influência no ciclo das políticas públicas.

Nas grandes cidades brasileiras, onde há uma maior incidência de uso das NTICs,

---

2 Poderíamos citar como exemplo várias manifestações ao redor do mundo em que a população utiliza das NTICs para a promoção da política, como recentemente os “indignados” da Espanha ou os protestos no Egito no início deste ano.

diversos grupos estão atuando por meio da Internet para procurar soluções para os problemas urbanos que afetam o cotidiano da população. As facilidades comunicacionais da Web, interativas e colaborativas, possibilitam a construção de práticas participativas, através das quais a população pode procurar soluções coletivas e fortalecer uma cultura política cidadã, atuando diretamente ou indiretamente sobre as políticas urbanas. No Brasil, essa maior participação da sociedade civil nos debates de políticas públicas foi incentivado pela Constituição de 1988, como já assinalado acima, que criou diversos conselhos com essa finalidade (GOHN, 2011).

No entanto, não se deve ignorar que existam outras visões que questionam o potencial integrador e participativo dessas novas tecnologias. Segundo essa perspectiva, o uso mais intenso do universo digital levaria a uma balcanização da sociedade fragmentada em vários grupos de interesses específicos e ao solipsismo do cidadão comum, que ficaria acomodado, esvaziando o espaço público (SORJ, 2006), ou mesmo o risco da formação de um tecno-elitismo e populismo digital (VVAA, 2009).

Em São Paulo, maior metrópole brasileira, diversos problemas afetam a vida de sua população, tais como a questão da mobilidade urbana (transporte público, trânsito); a falta de saneamento básico (rede de coleta de esgoto, enchentes); precarização da moradia; educação pública deficitária (falta de creches, baixo índice de aproveitamento escolar); segurança pública insuficiente; falta de áreas para lazer; problemas ambientais, entre muitos outros que são comuns às grandes regiões metropolitanas brasileiras.

Alguns desses problemas suscitam ações de grupos organizados da sociedade civil, que muitas vezes utilizam a Internet para sua organização, mobilização e visibilidade. Na questão de moradia, por exemplo, em São Paulo existe o *Movimento Sem Teto do Centro* (MSTC)<sup>3</sup> que luta através de ocupações de prédios abandonados no centro da cidade pelo direito de moradia, assegurado pela Constituição Federal. Sobre a questão ambiental, existem movimentos que lutam pela proteção dos mananciais nas represas Billings e Guarapiranga e também projetos ligados à agricultura urbana, como o *Instituto Socioambiental*<sup>4</sup>. Na área de segurança pública, é possível destacar instituições como o *Instituto Sou da Paz*<sup>5</sup>, que realiza ações para diminuir a violência urbana. No campo da mobilidade urbana, como exemplo, pode-se citar diversos coletivos conhecidos como

---

<sup>3</sup> Cf. <http://www.mtst.org>

<sup>4</sup> Cf. <http://www.socioambiental.org>

<sup>5</sup> Cf. <http://www.soudapaz.org>

*Massa Crítica* ou *Bicicletada* que defendem o uso cada vez mais amplo das bicicletas como opção de transporte público (<http://www.bicicletada.org/Home+page>). Esses são apenas alguns exemplos nas mais diversas áreas em que a sociedade civil organizada propõe ações para uma atuação no campo político institucional.

Este artigo apresenta os resultados iniciais de uma pesquisa sobre o uso das NTICs pelos grupos da sociedade civil organizada para a promoção da cidadania, que atuam na cidade de São Paulo. Nesse primeiro momento, a pesquisa limitou-se à avaliação da Rede Nossa São Paulo, como uma rede social que agrega mais de 600 entidades participantes, entre ONGs, associações empresariais, movimentos sociais, bancos, sindicatos, universidades entre outras instituições.

A Rede Nossa São Paulo se destaca por reunir diferentes setores e agentes da sociedade civil, que se articulam de forma a apresentar demandas da sociedade para os órgãos públicos municipais, bem como desenvolvem programas e projetos de políticas públicas em parcerias com o Estado ou entre seus membros. Este estudo exploratório inicial procura avaliar como a Rede Nossa São Paulo, como uma rede cívica que aglutina diferentes atores da sociedade civil, utiliza-se da Internet na promoção de uma maior participação cidadã. Como hipótese orientadora da investigação, partiu-se do princípio que a Rede Nossa São Paulo emprega os recursos da Internet para dar visibilidade as suas práticas, mas também para informar e mobilizar a população para alguns de seus projetos.

Foram analisados o potencial de formação de uma agenda de políticas públicas, o exercício de pressão sobre os atores políticos e, por fim, outras ações desenvolvidas por essa Rede a partir do ciberespaço no desenvolvimento de políticas urbanas. Inicialmente foi realizada uma avaliação dos membros da Rede Nossa São Paulo, identificando-os e classificando-os de acordo com sua área de ação frente aos problemas urbanos. Em seguida, foram avaliadas algumas das ações promovidas em rede, com isso foi possível verificar o potencial de atuação da Rede Nossa São Paulo através do uso da Internet e coletar informações a respeito do desenvolvimento da participação política dos grupos promovida pela iniciativa.

### **Internet e participação social online**

O conceito contemporâneo de sociedade civil tem na participação cidadã seu

principal instrumento de ação e, na democracia, o seu pressuposto básico. Essa participação é vista como a inclusão do cidadão em um processo político, social e cultural por meio de ações coletivas organizadas e expressas em espaços públicos. Sobre esse aspecto é possível identificar várias dimensões, entre as quais se destacam a gestão nos processos decisórios de políticas públicas, a perspectiva educativa (pedagógica) e a de controle social dos cidadãos (GOHN, 2010).

As transformações introduzidas pelas NTICs modificam e diversificam as formas de participação civil, criando uma agenda política voltada para estimular a participação cidadã e identificar as novas possibilidades de intervenção no processo decisório das políticas públicas (FUNG, 2006). Talvez o caso mais emblemático seja a nova constituição da Islândia que tem sido discutida via NTICs, por pressão popular, após a grave crise de 2008, que levou o país à bancarrota.

Além da capacidade de influenciar a agenda de políticas públicas da cidade, a Rede Nossa São Paulo, por meio de seu portal, exerce uma forma de pressão sobre os órgãos públicos, em especial a Prefeitura e as subprefeituras, ao disponibilizar indicadores sociais, pesquisa de opinião dos moradores sobre a cidade, informações sobre ações da prefeitura e apresentar demandas construídas coletivamente pela Internet, como é o exemplo da ação *Você no Parlamento*.

A participação dos cidadãos é considerada um elemento valioso da democracia que pode trazer maior eficiência e eficácia para as políticas públicas, principalmente porque os interessados participam da solução dos problemas (PAPADOPOULOS & WARIN, 2007), podendo assim, assumir responsabilidades pelas decisões políticas. A participação permite ao cidadão dizer diretamente o que deseja; dá voz para indivíduos e grupos minoritários geralmente alheios aos processos políticos; encoraja habilidades e virtudes cívicas; estimula a deliberação pública, que pode levar a decisões (racional) baseadas na razão pública (bem comum); e aumenta o apoio (suporte) para os resultados e os processos democráticos (MICHELS, 2011). Assim, um dos pilares da democracia grega original, a *isegoria*, guardadas as proporções, volta a ser discutido nas democracias contemporâneas.

Michels (2011) identifica três teorias que abordam esse tópico: democracia participativa, capital social e democracia deliberativa. Contudo, o debate fica centrado entre os participativos e os deliberacionistas, sendo que os adeptos da teoria do capital social geralmente são encampados pelos primeiros ou os últimos, dependendo de como

as práticas do capital social são desenvolvidas. Putnam (2000), principal representante da teoria do capital social, considera que a participação em redes sociais e organizações voluntárias são importantes fatores para a satisfação pessoal e para a democracia. O engajamento cívico nessas redes permite que os cidadãos expressem seus próprios interesses e demandas para o governo, tornando-os mais competentes. Funcionam como uma escola de democracia, pela qual as habilidades cívicas são assimiladas. Os participantes aprendem como debater questões públicas e como falar em público ou organizar uma reunião. Essas características permitiriam uma participação na vida pública com mais qualidade, tanto dentro das práticas participativas, como das deliberativas.

Os democratas participativos argumentam que a delegação do poder de tomada de decisão na democracia representativa leva os cidadãos a se tornarem alienados da política. A relação da participação cidadã é vital para a democracia. Essa noção deriva do pensamento de Rousseau, que via na participação de cada cidadão uma função vital para o Estado. Os teóricos modernos dessa corrente não querem limitar a participação cidadã ao processo de tomada de decisão, pois acreditam que a mesma tem várias outras funções: educacional, pois desenvolvem habilidades cívicas e tornam o indivíduo mais competente para participar do processo de decisão; integrativa, pois desenvolve virtudes cívicas, sentimento da cidadania e comunidade, gerando sentimento de responsabilidade pelas decisões públicas; e, por fim, a participação cidadã aumenta a legitimidade das decisões.

Para os democratas deliberativos a essência da legitimidade democrática está na capacidade daqueles que são afetados por uma decisão coletiva deliberarem sobre ela, seguindo as idéias da esfera pública habermasiana (DRYZEK, 2000). A deliberação é o mecanismo central para a decisão política. Os teóricos divergem sobre onde a deliberação deveria acontecer e quem deveria participar, mas todos concordam que a deliberação envolve discussão, troca de argumentos, pelos quais os indivíduos justificam suas opiniões e mostram-se abertos a mudarem de preferências. No processo de deliberação pública os participantes discutem problemas e propõem soluções, a partir do princípio de equidade entre os envolvidos, a inclusão de diferentes interesses existentes na sociedade e o respeito mútuo. Dessa forma, a deliberação contribui para a legitimidade das decisões e o aprofundamento da democracia (MICHELS, 2011; PAPADOPOULOS & WARIN, 2007).

Avaliando as três teorias de participação cidadã, Michels (2011) enumera cinco qualidades: (1) influência, que pressupõe a participação do cidadão no processo de tomada de decisão; (2) inclusão, que contribui para inclusão individual dos cidadãos no processo político; (3) desenvolvimento de habilidades e virtudes cívicas; (4) deliberação, que implica a tomada de decisão racional baseada na razão pública; e (5) legitimidade, que indica o aumento da legitimidade das decisões tomadas de forma mais direta.

Tanto os participacionistas como os deliberacionistas concordam que as instituições democráticas devem ser melhoradas e complementadas por novas instituições com a criação de novos canais de participação e deliberação (PAPADOPOULOU & WARIN, 2007). Essa perspectiva de inovação democrática abre espaço para o maior uso das novas tecnologias, principalmente da Internet, uma vez que seus dispositivos comunicacionais permitem o desenvolvimento de novos desenhos, conceitos e práticas políticas que fomentem uma nova relação entre os e cidadãos, e entre o Estado e os cidadãos. As novas ferramentas de comunicação e informação possibilitam aprofundar as experiências democráticas nos espaços criados, como em fóruns deliberativos, mecanismos de consulta pública, orçamentos participativos e demais experiências que utilizam os dispositivos da Internet para aumentar a intervenção dos cidadãos na vida pública.

Avaliando o potencial democrático da Web na participação civil, Sampaio (2010) distingue duas visões gerais: uma favorável e outra contrária ao uso da Internet para fomentar uma maior participação política. Os defensores do uso da Internet argumentam que ela permite agregar os cidadãos através de uma comunicação direta e rápida, possibilitando o desenvolvimento de ações contra o autoritarismo, além do fortalecimento dos direitos humanos e da própria democracia. O uso dos diversos dispositivos da Web possibilita novas práticas de intercâmbio de informações, conceitos e abordagens. O acesso livre a um universo de informações pode gerar indivíduos mais bem informados e capacitados para interagir no processo político, podendo criar e divulgar informações que os meios industriais e de comunicação tradicionais não divulgam ou não querem divulgar. Trata-se da modificação do polo emissor da informação, de forma que os políticos e os cidadãos podem interagir diretamente sem a mediação da mídia de massa, dos grupos de pressão e partidos políticos. As NTICs, portanto, podem resolver os problemas de escala, criando condições para que os indivíduos ligados em redes participem das discussões públicas, registrando atitudes

políticas e inclinações da população, com isso é possível dar voz a seguimentos marginalizados, que podem chamar a atenção do centro político para suas demandas.

Em sua revisão da literatura, Sampaio (2010) identifica sete pontos negativos da Internet. O primeiro refere-se a uma tendência à estratificação, isto é, à amplificação das desigualdades sócio-econômicas. As elites teriam maior acesso e capacidade no uso politicamente relevante da Internet. Um segundo efeito negativo da Web está ligado ao que Buschsteim (*apud* SAMPAIO, 2010) chamou de comercialização, ou seja, o uso dos dispositivos da Internet como instrumentos de fomento a expansão do comércio dentro do espaço virtual, “o cibercidadão torna-se um cibercliente”. O seguinte, é o efeito de panoptificação, pelo qual os governantes e as agências usam as tecnologias de informação e comunicação para monitorar e controlar a população, caracterizando novas formas extremas de centralização do poder<sup>6</sup>. O quarto ponto negativo está no afastamento da realidade que a Internet possibilita aos usuários, criando novos desejos e necessidades. Esse efeito no campo político pode levar o cidadão a atuar politicamente pela Internet sem pensar na coletividade, somente tendo como referencial seus interesses privados, erodindo a noção de cidadania orientada para o público. Um quinto efeito negativo é a falta de censura existente nos canais da Web que pode levar a promoção do discurso do ódio na rede. A fragmentação da esfera pública é outro efeito negativo percebido, pois ao invés de fomentar a discussão, a Internet tende a fragmentá-la. Os debates *online*, quando não são caracterizados por uma troca de insultos, tendem a serem realizados por pessoas que compartilham as mesmas posições políticas, aquilo que Pipa Norris (2003) denominou de pregação para os convertidos. As características do meio eletrônico ao invés de estimular o debate reflexivo, incentivam respostas rápidas e superficiais; assim como o anonimato pode diminuir as responsabilidades dos cidadãos e facilitar as fraudes. Por fim, o próprio excesso de informações políticas que circulam na *Web* acaba por prejudicar seu potencial democrático, uma vez que os usuários, em muitos casos, não conseguem distinguir as informações relevantes das distorcidas e falaciosas, criando uma grande dificuldade de julgamento e compreensão. Assim, mesmo havendo fontes alternativas de informações políticas, as pessoas ainda continuam seguindo os portais eletrônicos das empresas de mídia tradicionais. Para exemplificar esta situação, no Brasil dois dos principais portais de acesso à Internet são o UOL e o Globo.com, ligados

---

6 Vale ressaltar que essa panoptificação não ocorre apenas pelo poder estatal, pois o poder privado também tem meios efetivos de acompanhar e vigiar o que os cidadãos ou os consumidores fazem.

respectivamente ao grupo Folha da Manhã e Abril, e às Organizações Globo, importantes grupos de informação da mídia tradicional.

Diante destas duas perspectivas, Sampaio (2010) apresenta uma visão intermediária, defendendo que a Internet não é neutra e que traz importantes mudanças nas relações sociais e políticas. Os fatores sócio-econômicos e tecnológicos influenciam nos usos e operação da Internet. Apesar de ser ferramenta, a Internet também precisa ser considerada como meio que oferece novas possibilidades. Ela potencializa e facilita ações na esfera civil, exerce pressões sobre o sistema político, coordena ações de movimentos sociais, realiza mobilizações, troca material político e cria banco de dados. A Internet facilita processos que podem fomentar valores democráticos como *accountability*, participação política, mobilização social, discussão política e deliberação pública. Contudo, adverte o pesquisador, a Internet por si só não consegue solucionar os diversos problemas da democracia. É preciso uma conjunção de fatores para que possa fomentar valores democráticos, como vontade política (FREY, 2002) e a existência de uma cultura cívica (MAIA, 2007).

Apesar de não existir um consenso sobre o uso das NTICs na promoção da participação cidadã democrática, o debate entre as perspectivas pessimistas e otimistas está superado. Reconhece-se, atualmente, que a Internet está introduzindo mudanças no campo político, mas essas alterações encontram limites no próprio sistema político e econômico e também no *habitus* social (BOURDIEU, 1989). Nesse contexto de transformações existe a necessidade de se investigar quais são as mudanças em operação e quais seus impactos para a democracia contemporânea.

No final do século XX e início do século XXI temos assistido diversas experiências de inovações democráticas, muitas delas incorporando as novas tecnologias como mecanismos e espaços de ampliação da participação e deliberação cidadã. Uma forma que tem chamado a atenção é a formação de redes de governança, a partir da proliferação do número de estruturas cooperativas envolvendo a sociedade civil no processo de tomada de decisão (*policy-making*). Os esquemas de governança tomam a forma de parceria, contratos, mesas-redondas, conferência intragovernamentais e conferências de diversos fins. A atuação dos diversos grupos da sociedade civil organizada (movimentos sociais, ONGs, entidades do terceiro setor, associações, etc.) parte do reconhecimento de que o Estado não tem recursos para realizar todas as tarefas necessárias por conta própria, abrindo espaço para a ação desses grupos, que para

umentar sua influência e capacidade de intervenção se articulam em redes. Essas redes de governança ampliam os recursos do Estado em termos de conhecimento, organização e autoridade na formulação de políticas públicas. Para Papadopoulos & Warin (2007), espera-se que esse tipo de organização favoreça uma lógica “*win-win*”, pois as políticas são percebidas como resultado de uma co-produção, de forma que a sociedade sai ganhando como um todo, e os diferentes grupos que formam o tecido social conseguem assegurar que seus interesses e posições sejam atendidos por meio dos canais participativos. No entanto, advertem os autores, alguns desses procedimentos podem ser problemáticos se eles se tornarem substitutos dos procedimentos democráticos tradicionais. Os atores operando nas redes de governança podem assumir papéis centrais na definição, implantação, execução e avaliação das políticas públicas, passando por cima, em alguns casos, dos representantes institucionais legais, eleitos pelo voto popular.

Ao avaliar a influência da Internet na política institucional do Reino Unido, Davis (2010) argumenta que apesar das novas tecnologias possibilitarem maiores formas de comunicação entre os atores políticos e os cidadãos, além de incorporar novos atores aos processos políticos, ao mesmo tempo também promovem um distanciamento da massa dos cidadãos do processo político central, ampliando os meios de atuação dos agentes políticos engajados.

### **Sociedade civil, participação e redes**

Na atual conjuntura social, o paradigma da rede surge como importante fator nas relações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas. A lógica da rede pode ser utilizada de diversas formas e abordagens, podendo ser usada para explicar uma nova organização social. O funcionamento da sociedade em rede analisado por Castells (1999) pode ser usado para explicar as dinâmicas internas nas relações do Estado e deste com a sociedade civil (MARQUES, 2006), ou então para exemplificar novas formas de atuação política e social da sociedade civil organizada (KAUCHAKJE et al, 2006; FREY, 2002).

Para Castells (1999) estamos passando por um período de revolução tecnológica que está reestruturando as relações sociais. As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação são o alicerce dessas mudanças. Desse modo, não só as estruturas políticas são alteradas, mas também as estruturas econômicas. As empresas capitalistas passam a se organizar em redes, tanto internamente como na relação com outras organizações. O

autor indica que as novas tecnologias estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade, transformando as lógicas de ação social e de operação política e econômica para o formato de rede. A formação das redes de comunicação e informação permite uma maior mobilidade e versatilidade no trânsito da informação. Possibilita também compartilhamento e troca de informações entre seus participantes, tornando o processo de comunicação mais fluído e dinâmico, rompendo com o modelo hierárquico tradicional da burocracia empresarial ou estatal. A organização em rede aumenta o poder e flexibilidade das organizações, que passam a ter maior agilidade e capacidade de produção de informação e conhecimento.

A sociedade em rede deve ser compreendida pela interação de duas tendências: “o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e a tentativa da antiga sociedade de reaparelhar-se com o uso do poder da tecnologia para servir a tecnologia do poder” (CASTELLS, 1999, p.69). Nesse sentido, as NTICs tem uma dupla dimensão relacionada ao poder na sociedade contemporânea: criar novas formas de ações políticas que atuam para além das instituições políticas tradicionais, e estruturar novas formas de dominação baseadas no uso das tecnologias da informação.

Essa tecnologia de informação opera dentro da lógica de rede, que está adaptada às atuais características da interação social, política e econômica. A lógica de rede permite estruturar o não-estruturado, preservando a flexibilidade e incentivando a inovação. O sistema de rede permite modificações e reconfigurações, de forma a se adaptar às mudanças e alterações constantes da complexidade do mundo atual. Por esse sistema é possível intervir e modificar as regras sem dismantelar a organização em um processo de deliberação, mantendo a integração da rede e seus componentes (CASTELLS, 1999).

O paradigma da rede também pode ser utilizado para uma análise do Estado e suas dinâmicas internas, o que Eduardo Marques (2006) chama de tecido relacional do Estado. As redes sociais que atuam dentro da estrutura do Estado “emolduram a dinâmica política e influenciam fortemente a formulação e a implementação das políticas públicas” (MARQUES, 2006, p. 15). Na visão apresentada pelo autor, as redes surgem como uma forma de interpretação do Estado e das políticas, ajudando a avaliar a eficiência de ambos, uma vez que possibilitam reinserir os atores em seus contextos institucionais e relacionais.

Segundo Marques (2006), as redes sociais estruturam os campos das relações

sociais, criando vínculos entre os indivíduos, entidades e organizações sociais. Considerando a natureza relacional do poder, as relações e posições nas redes formam estruturas que influenciam ou constroem tomadas de decisão, como também dão acesso diferenciado a recursos e acabam interferindo nos resultados das políticas. Assim, como os processos de produção de política acontecem imersos nas relações das redes (no tecido relacional do Estado) que executam e operacionam o processo, existe uma grande possibilidade de influência das redes sobre as políticas. Contudo, reconhece o autor, as dinâmicas políticas e os desenhos institucionais limitam e modelam a ação das redes.

As redes sociais, que operam e estruturam as ações estatais, também ocupam um papel importante na ligação do Estado com grupos de interesses, explicando a permeabilidade nas relações entre o público e o privado. É possível dizer, de acordo com a abordagem de redes sociais de Marques (2006), que estas exercem influência nas estratégias de ação dos atores envolvidos, nos conflitos e alianças que surgem ao longo do ciclo das políticas públicas.

Kauchakje *et al.* (2006) utilizam o paradigma da rede para a identificação e análise de fenômenos complexos, como a gestão territorial, objeto de estudo desse artigo. A rede serve para substituir a visão hierárquica de gestão, pela qual o planejamento e as decisões são tomadas por órgãos executivos, formando novos arranjos institucionais e de cooperações atuando em redes relacionais. No contexto da Sociedade da Informação, a partir da incorporação das tecnologias de informação e comunicação, a dinâmica das redes ganha nova configuração, criando ou remodelando as existentes, formando o que os autores vão chamar de redes tecno-sociais ou sociotécnicas. Os autores esclarecem que as redes não são apenas outra forma de estrutura, mas sim uma não-estrutura. Sua força está na habilidade de fazer-se e desfazer-se de tempo em tempo.

As redes sociotécnicas podem ser utilizadas como: (a) um instrumento conceitual e metodológico potente para identificar e analisar os fenômenos; e (b) perceber e possibilitar a análise de fenômenos heterogêneos (KAUCHAKJE *et al.*, 2006). Desta forma, o paradigma da rede serve como um importante instrumento de análise das formas de ação política contemporânea, principalmente pelo uso das novas tecnologias que criam novas dinâmicas, espaços de conflitos e interações e a entrada de novos atores no debate político.

Os autores desenvolvem uma abordagem da rede como instrumento de análise das relações de poder na contemporaneidade. Primeiro, caracterizam a organização e o

funcionamento da rede. Ao contrário do sistema, as redes não precisam “funcionar”, qualquer mudança nos elementos transforma qualitativamente as relações existentes. Nas redes os elementos se articulam e se desarticulam fazendo com que as relações se estabeleçam dinamicamente, garantindo flexibilidade e adaptabilidade. Na rede não existe a noção de erro, uma vez que as articulações são inconstantes e mutáveis. Essa forma de “funcionamento” permite que as redes se adequem às características flexíveis da sociedade contemporânea (CASTELLS, 1999), ou da fluidez da Sociedade Líquida (BAUMAN, 2001).

Nesse contexto de flexibilidade e fluidez, a organização em rede vem sendo empregada tanto por entidades civis como, por exemplo, os movimentos ambientais, ONGs e também por ações políticas globais e locais, como é o caso da Rede Nossa São Paulo, que será analisado aqui. As NTICs, especialmente a Internet, permitem que essas entidades possam utilizar seus dispositivos para desenvolver novas formas de cooperação e coordenação social e política, de forma a ampliar a participação cívica dos cidadãos, em geral alheios a vida pública.

Nesse sentido, as novas tecnologias oferecem a oportunidade para reformar e democratizar a gestão pública, permitindo uma maior interação entre o Estado e a população através da sociedade civil organizada, mediada pelas estruturas de rede, que operam dentro e fora das instituições sociais e políticas. No campo da gestão urbana, as transformações recentes (globalização, neoliberalismo, adoção de políticas de austeridade, desregulamentação, privatização e redução dos serviços públicos) impulsionaram o surgimento de modelos de gerenciamento inovadores, além de novos instrumentos, procedimentos e formas de ação para a administração pública, que precisa enfrentar diversos problemas urbanos tais como, a deterioração das condições ambientais e sociais, e a diminuição da qualidade de vida da população em geral, principalmente a mais carente (FREY, 2002).

Frey (2002) indica que nesse novo contexto, a governabilidade tem que enfrentar sérios desafios como a limitação da capacidade administrativa para intervenção direta, recursos limitados do Estado oriundos da implementação das políticas neoliberais de ajustes fiscais e ainda a crise de legitimidade política das instituições de representação política tradicionais. Assim, abre-se espaço para a atuação de segmentos e grupos da sociedade civil organizada, que potencializam suas ações e práticas pelo uso das NTICs como: (a) acesso mais rápido e eficiente ao conhecimento para o gerenciamento da

cidade; (b) práticas de intercâmbio de conhecimento, tecnologias, experiências, conceitos e abordagens entre os agentes; (c) fomentação de parcerias público-privadas e cooperação com comunidades locais; e (d) valorização da interdisciplinaridade no gerenciamento urbano.

Surgem novas tendências de gerenciamento público e de formulação e implementação de políticas públicas como a governança. Apesar de não haver consenso sobre o conceito de governança, é possível identificá-la como um processo interativo de governo, no qual os diferentes agentes e atores envolvidos nos problemas são estimulados a participar do processo de tomada de decisão e resolução dos problemas, isto é, uma forma de emponderamento (*empowerment*) dos cidadãos, tornando a gestão pública, em geral, mais democrática e participativa.

Frey (2002) aponta para a existência de diferentes concepções de governança, que indicam novas tendências de uma gestão compartilhada e interinstitucional, que envolve o setor público, o setor privado, o setor de voluntariado ou terceiro setor e os movimentos sociais e ONGs. Nesse novo formato, a criação de redes e parcerias público-privadas são processos políticos essenciais no mundo urbano fragmentado para a abordagem de governança. O debate de governança está relacionado com a retração do Estado promovida pelas estratégias neoliberais e a incapacidade das instituições públicas para lidar com os atuais problemas urbanos. A governança tem como objetivo o aumento da eficiência e efetividade das atividades do governo, com potencial emancipatório ou de mercado. Para efeito dessa pesquisa, o foco será dado para a concepção emancipatória de governança<sup>7</sup>, enfatizando mais especificamente a e-governança ou governança eletrônica.

Dentro deste espectro emancipatório, a e-governança deve fornecer serviços públicos *online* com o objetivo de tornar a administração pública mais eficiente, combater a exclusão digital e incentivar a participação democrática, superando as resistências internas da administração quanto às mudanças políticas e sociais. Deve também, dentro de uma visão forte de e-governança (FREY, 2002), utilizar as novas tecnologias para reformar as práticas administrativas tornando a gestão pública mais eficiente, participativa, colaborativa e transparente. As NTICs oferecem uma oportunidade para a superação da crise de legitimidade do Estado (com pouca

---

7 Existem as concepções de governança de mercado (neoliberal), da nova administração pública (*new public management*), abordagens de rede (ambientes de cooperação) e governança social negociada. Para saber mais ver Frey (2002).

representatividade popular) e buscar novas formas de cooperação entre o governo (em suas diferentes esferas de atuação), o setor privado e a sociedade civil. Estas interações podem ser estabelecidas por meio de redes sociais e políticas e por mecanismos de participação democrática (direta e deliberação), assim como o desenvolvimento de novas formas de ação política colaborativas, interativas e integrativas, aproveitando-se das características da Internet, mais especificamente.

A governança eletrônica da gestão urbana cria novas maneiras de articular dois espaços qualitativamente bem diferentes, o território e a inteligência coletiva<sup>8</sup>. O sucesso da governança eletrônica não depende da tecnologia em si, mas das decisões políticas e econômicas. Frey (2002) defende que existem três formas de ação para a implementação de estratégias de e-governança dentro de uma perspectiva emancipatória: (1) a criação de pontos de acesso público à Internet; (2) campanhas de ensino da linguagem digital (capacitação técnica para fomentar a cidadania ativa); e (3) apoio a aplicativos para a promoção da cidadania (criar ligações entre fóruns virtuais e o processo político tradicional). Para o autor, se a discussão nos fóruns virtuais não levar a conseqüências políticas reais, a participação tende a diminuir. Sendo assim, a participação política, principalmente a local, por meio das novas tecnologias, deve estar ligada à concretização de programas e projetos debatidos e articulados na rede, como forma de influenciar o processo de tomada de decisões.

Como exemplo de e-governança na gestão urbana na cidade de São Paulo, foi feita essa análise da Rede Nossa São Paulo, importante rede formada por diferentes setores da sociedade civil organizada que atua na promoção da cidadania, maior participação pública e influência na formulação e implementação de políticas públicas urbanas. A análise enfatiza o uso da Internet como mecanismo de promoção de participação política, informativa, interativa e colaborativa, destacando as novas possibilidades de ação política empregadas pela rede.

### **São Paulo, gestão urbana e sociedade civil: Rede Nossa São Paulo**

A Rede Nossa São Paulo foi criada originalmente em maio de 2007 com o nome *Movimento Nossa São Paulo*, mas alterou seu nome para o atual em outubro de 2010. De

---

8 Lembramos que este termo foi criado por Pierre Lévy no início dos anos 90.

acordo com o próprio movimento, sua origem nasceu da percepção de uma baixa credibilidade política que colocava em risco as instituições públicas e a democracia perante à população paulistana. O projeto pretende ser um movimento político que procura pautar suas ações para “recuperar para a sociedade os valores de desenvolvimento sustentável, da ética e da democracia participativa”<sup>9</sup>. A idéia é garantir uma força política capaz de atuar na agenda de administração da cidade, melhorando a vida de seus habitantes. Em sua carta de princípios se apresentam como movimento da sociedade civil, pautado por três pilares democráticos: equidade, participação e transparência. Dessa forma, as ações da *Rede* seriam desenvolvidas dentro desta perspectiva.

De acordo com Danielle Fiabane (2011), um dos principais articuladores dessa empreitada é o empresário Oded Grajew, conhecido nacionalmente por seu engajamento social. Ele foi um dos criadores do *Instituto Ethos* (entidade empresarial que procura agregar maior compromisso social das empresas privadas), *Fórum Social Mundial* além de ser um dos membros fundadores da *Fundação Abrinq*, entre outras participações sociais. A idéia partiu de um projeto semelhante que ocorreu na Colômbia, mais especificamente em sua capital Bogotá, intitulado *Bogotá cómo vamos*<sup>10</sup>, que foi visitado por alguns dos articuladores deste movimento em 2007. Também teria servido de inspiração um projeto semelhante que ocorreu em Barcelona, Espanha. Além de Oded Grajew, que foi assessor especial do presidente Lula, há também outras lideranças empresariais dentro deste movimento como Ricardo Young e Guilherme Leal, ligado ao grupo *Natura*. Esse último foi candidato à vice-presidência da República nas últimas eleições brasileiras, na chapa encabeçada por Marina Silva (PV).

A *Rede* conta ainda com lideranças comunitárias como os padres Jaime Crowe e Padre Tição, que atuam nas comunidades periféricas da cidade de São Paulo. Também há um conselho denominado de *Colegiado de Apoio*, com a presença de inúmeras pessoas ligadas ao esporte, movimentos ambientais, moradia e habitação, educação, comércio, segurança, entre outros. Em outras palavras, líderes e intelectuais dos mais diversos espectros sociais.

Ainda de acordo com Fiabane (2011), o movimento *Rede Nossa São Paulo*

---

9 Informações obtidas a partir do *site* oficial do movimento. Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal>. Acesso em: 10/08/2011.

10 Para maiores informações, ver: <http://www.bogotacomovamos.org>. Acesso em 11/08/2011.

procura desenvolver suas ações em quatro perspectivas diferentes, a saber: a) Programa de Indicadores e Metas; b) Acompanhamento cidadão; c) Educação Cidadã e; d) Mobilização Cidadã. Percebe-se aqui, uma tentativa por parte do movimento de colaborar com a administração da cidade e a governança, estreitando a relação entre poder público e cidadãos em geral. Cabe ressaltar ainda que o Programa de Indicadores e Metas se constitui em um banco de dados virtual com os indicadores sociais da Prefeitura e sub-prefeituras elaborados através de dados oficiais e, posteriormente, publicados e disponibilizados, podendo ser acessíveis via Internet para qualquer cidadão.

Mais recentemente, o movimento desenvolveu a pesquisa IRBEM, Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município, com intuito de “orientar ações de governos, empresas, organizações e toda a sociedade”, e é elaborado em parceria com o IBOPE. No momento de redação deste artigo, havia uma campanha com duração até 30 de setembro de 2011, intitulado “Você no Parlamento”, pela qual através do preenchimento de um questionário e ordenamento de prioridades, os cidadãos comuns optam por idéias e propostas que serão apresentadas à Câmara de Vereadores do Município, para serem discutidas e, se possível, implementadas. Os temas versam sobre educação, saúde, transporte, mobilidade urbana, habitação, meio ambiente, cultura, lazer, violência, entre outros temas gerais de interesse público. O portal também traz o link “Nossa SP na Câmara” que contem notícias com as ações da *Rede* na Câmara, além de agenda de eventos e audiências públicas, e o contato dos vereadores. A atuação da rede é dividida em grandes quatro eixos: programa de indicadores e metas; acompanhamento cidadão; educação cidadã; e mobilização cidadã. Existem ainda grupos de trabalho organizados em torno de temas, cinco deles possuem página própria dentro do site da *Rede*: cultura; educação; meio-ambiente; orçamento; e trabalho e renda; os outros ganham menos destaque no portal, mas é possível entrar em contato com um responsável para participar.

Atualmente a *Rede* (como eles se auto-intitulam) é composta por mais de 600 organizações da sociedade civil organizada. Há um amplo leque de apoio que passa por movimentos sociais, empresas, universidades, mídia e diversas associações de classe. Conta, inclusive, com apoio de agências multilaterais ligadas à ONU. Atua em áreas essenciais como: moradia, educação, saúde, segurança pública, meio ambiente, trabalho, transportes, lazer e cultura. A *Rede Nossa São Paulo*, apesar do caráter político se intitula apartidária e inter-religiosa, isso porque há colaboradores de diversos partidos políticos e também de diversas religiões. Pelo espectro de atuação fica claro um enfoque deste

movimento em relação a governança do município.

Para avaliar como a Rede Nossa São Paulo utiliza os mecanismos da Internet em suas ações, a pesquisa realizou duas etapas. A primeira faz um estudo das organizações que a integra, apresentando uma classificação por área de atuação social. Na etapa seguinte, apresentamos uma leitura do portal da *Rede*, identificando os usos dos dispositivos na promoção de ações políticas e participação cidadã.

#### *Organizações participantes da Rede Nossa São Paulo*

No momento em que a análise foi feita a Rede Nossa São Paulo contava com 642 organizações, que foram analisadas quanto a sua natureza e área de atuação. A tabela 1 indica as instituições componentes agrupadas em cinco grupos distintos. Destaca-se o elevado número de empresas comerciais associadas à *Rede*. Esse número inclui desde multinacionais e bancos a pequenas empresas, como uma gráfica simples ou uma padaria. A maioria dessas empresas não têm nenhum tipo de atuação política com vistas a participação política, ou alguma ação que possa ser considerada ação cidadã ou que se proponha a influenciar o ciclo das políticas públicas, atuam como apoiadoras das ações da *Rede*, principalmente por meio de patrocínios e recursos financeiros, humanos ou materiais. Essas instituições não atuam dentro de uma perspectiva emancipatória. Não foram identificados projetos políticos e sociais na maioria delas, embora, muitas vezes desenvolvam ações próximas a um assistencialismo social ou interessam-se apenas por associar seu nome a uma iniciativa social como forma de construção de uma imagem responsável. No entanto, se somados os outros grupos, teremos uma maioria de 54,2%, que comportam diferentes instituições com algum tipo de atuação política e social.

Tabela 1: Classificação dos agentes da sociedade civil que participam da RNSP

Agentes da sociedade civil	Nr	%
ONGs, OSCIPs, Associações e Redes	181	28,2%
Sindicatos	9	1,4%
Movimentos sociais, conselhos e comissões	38	5,9%
Empresas	294	45,8%
Institutos, fundações, centros sociais e educacionais	120	18,7%

As instituições pertencentes à Rede Nossa São Paulo, que têm em sua missão

algun tipo de trabalho social ou político, foram agrupadas por área de atuação<sup>11</sup>, como mostra a tabela 2. Destacam-se as instituições com ações voltadas para os direitos sociais e assistência social (17,7%) e as que incentivam a mobilização social e ações voltadas à cidadania (17,3%). Vale destacar também as instituições cujas ações voltam-se para o meio-ambiente (11,8%), qualificação do espaço urbano (14,2%), educação (12,2%) e cultura (9,4%). De uma forma geral, essas instituições incorporam em suas ações estratégias de fortalecimento da educação cívica, luta por direitos, cuidado com o espaço urbano, atenção às diferentes fragilidades sociais, zelo e qualificação de equipamentos públicos.

Tabela 2: Classificação das instituições participantes da RNSP por área de atuação

Área de atuação	Nr	%
Saúde	16	6,3%
Habitação	4	1,6%
Transporte e mobilidade	3	1,2%
Direitos e assistência sociais	45	17,7%
Cultura	24	9,4%
Educação	31	12,2%
Esporte	4	1,6%
Dependência química	5	1,9%
Espaço urbano	36	14,2%
Relações internacionais	2	0,8%
Meio-ambiente	30	11,8%
Mobilização social e cidadania	44	17,3%
Violência e segurança	6	2,4%
Comércio	2	0,8%
Trabalho	2	0,8%
Total	254	100%

A Rede Nossa São Paulo coaduna, portanto, diferentes instituições que associam seu nome à iniciativa de uma rede articulada através da Internet em busca de uma ação política mais efetiva. Cada uma das instituições possuem estratégias próprias e interesses específicos. A forma com que se relacionam com as ações da *Rede* não é homogênea. Ao avaliar as ações propostas no portal da Rede Nossa São Paulo, inclusive, não verificamos relações diretas entre as diferentes instituições que a compõem com as ações propostas. De tal forma que é possível afirmar que as instituições optam por associar-se à *Rede* por

<sup>11</sup> Muitas das instituições atuam em mais de uma área social, contudo para efeito de análise adotou-se como critério de classificação a área de seus projetos principais.

prestígio e para reforçar ações que se assemelham e coincidem com alguns de seus objetivos. No caso das empresas, que são quase a metade das instituições associadas, fazer parte da iniciativa, como já foi dito, contribui para a construção de uma imagem responsável socialmente, ou o que Gohn (2010) chama de responsabilidade social ou compromisso social.

### *Portal da Rede Nossa São Paulo*<sup>12</sup>

Devido ao grande número de atividades e programas relacionados no portal, foram selecionados alguns projetos mais significativos, que receberam destaque na presente análise<sup>13</sup>. Segue abaixo uma avaliação do uso político do site, enfatizando suas funções no fomento da participação cidadã no processo de políticas públicas.

O portal da Rede Nossa São Paulo traz uma série de links contendo ações afinadas com sua proposta de desenvolver debates e soluções aos problemas da cidade, além de incentivar a cultura cívica dos cidadãos. Os links dentro de uma organização em rede são meios de suporte das relações políticas e sociais entre os atores, mas também servem como canal de informação e de comunicação. São importantes ferramentas pelas quais os cidadãos podem traçar suas rotas dentro das webpages, quanto mais organizados os links, mais significativos e maior quantidade, maiores são as oportunidades dos cidadãos atuarem politicamente no ciberespaço (PROCOPIUCK & FREY, 2009). Um exemplo de enlaçe é fruto de uma parceria com o *Instituto Ethos* em um projeto denominado *Fórum Empresarial de Apoio à Cidade de São Paulo*, cuja plataforma defende a mobilização e também atividades de assessoria para que empresas possam aplicar práticas de sustentabilidade. Há, inclusive, um *site* deste fórum que permite a divulgação das práticas já utilizadas e incentiva a troca de experiências virtuais, trabalhando de maneira compartilhada, em rede. Trata-se de um exemplo da forma como a rede pretende aglutinar o número expressivo de empresas participantes. Outro exemplo é o *Fórum Social de São Paulo*, com objetivos muito próximos e que já desenvolveu algumas atividades a partir de seu site, tais como um seminário sobre educação construtivista organizado pelo Instituto Paulo Freire ou um ato pela preservação e criação do parque municipal da Chácara da Fonte, organizado pela Associação Cultural da

---

12 Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/>. Acesso em 15/08/11.

13 Pesquisa realizada no período de 01/04/11 a 15/08/11.

Comunidade do Morro do Querosene. Essas iniciativas, no entanto, parecem inócuas a partir de uma observação mais sistematizada. O site do *Fórum social de São Paulo* tem espaço para criação de fórum de debates, mas são poucos os comentários publicados. Os atos organizados são poucos e o próprio site é desatualizado, o que evidencia que apesar de existirem ferramentas participativas e informativas, elas não têm grande utilidade e não fomentam a ampliação da participação. No entanto, apesar do pouco uso e da desatualização, o programa ocupa um *banner* na página principal da Rede Nossa São Paulo. A grande quantidade de *links* e *banners* presente no portal dão a impressão de tratar-se de uma rede coesa, bem articulada, capaz de desenvolver diversas atividades e promover a mobilização dos cidadãos de forma freqüente. Mas, para efeitos de avaliação é necessário um acompanhamento sistemático dessas ferramentas e espaços para podermos analisar sua eficiência.

O portal indica, no entanto, a materialização de um trabalho em rede, propondo justamente concentrar em um mesmo espaço as diferentes ações e instituições que convergem para um mesmo objetivo. É possível verificar essa característica a partir da parceria com a *Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis*, que em parceria com a Rede Nossa São Paulo elaborou uma carta-compromisso para que, nas eleições passadas (2010), os candidatos ao Senado Federal e Governo do Estado assinassem se comprometendo com os princípios elencados na carta. O *site* do movimento informa que quatro candidatos ao Senado e cinco candidatos ao governo estadual assinaram o compromisso. A carta defendia “uma gestão pública voltada para o desenvolvimento justo e sustentável nas cidades”<sup>14</sup>. Aqui é possível perceber que apesar de ter uma atuação local na cidade de São Paulo, o movimento não perde um olhar mais abrangente e global, pois o documento foi direcionado aos futuros governadores e senadores do Estado de São Paulo, em uma tentativa de difusão de seus valores ao âmbito estadual e mesmo federal. Também podemos observar o diálogo com as instituições políticas tradicionais, reforçando seu potencial de intervenção política dentro de uma perspectiva de governança.

Uma ação proposta pela *Rede* no ano passado (2010), que começou a ser empregada neste ano, trata da formação de lideranças. Este projeto realizado em parceria com outros movimentos corrobora a ação em redes sociais, permitindo que pessoas em

---

14 Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/acoes>. Acesso em: 11/08/2011.

geral possam dar sua contribuição para o trabalho. A Rede Nossa São Paulo também organizou diversos seminários, no decorrer do ano anterior sobre transporte e mobilidade pública, que resultaram num plano apresentado na Câmara Municipal em novembro do ano passado, cobrando ações do Poder Legislativo no sentido de criar comissões e estabelecer verba orçamentárias para essas discussões. Além de fazerem a campanha do Dia Mundial sem Carro, em conjunto com outras organizações. Nessa perspectiva de cobrança do poder público por parte da sociedade civil organizada, o movimento registra que no final de março deste ano, o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, apresentou um plano de metas para 2012 batizado de *Agenda 2012*, além de divulgarem o Orçamento e indicadores socioeconômicos de todas as 31 subprefeituras do município.

Outro exemplo de ação que merece destaque é a *Plataforma Cidades Sustentáveis*. Ao clicar no *banner*, localizado no canto superior direito da página principal do portal, abre-se um site próprio, bem desenvolvido, contando com uma série de informações sobre sustentabilidade das cidades, dentre projetos existentes e idéias a serem aplicadas em diversas áreas como governança, educação e cultura para a sustentabilidade, planejamento e desenho urbano, mobilidade, desenho urbano etc. A plataforma foi criada a partir de uma parceria com a Rede Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis e a Fundação Avina, com o objetivo de inspirar novas ações de gestores públicos, empresas e outras instituições. Para tanto, apresenta uma coletânea de experiências bem sucedidas em todo o mundo.

O portal também contém um observatório da cidade, que apresenta indicadores para avaliação da qualidade de vida na cidade, dados sobre as ações das 31 subprefeituras de São Paulo, além do plano de metas da cidade. O site tem uma parte em construção intitulada “democracia participativa”, que abordará assuntos como conselhos municipais, audiências públicas, transparência orçamentária, consulta popular e governo eletrônico. O portal da *Rede* traz ainda arquivos de áudio e vídeo com entrevistas e matérias realizadas pela mídia tradicional, além de depoimentos de participantes a respeito de algumas das iniciativas do movimento. Traz também um espaço em que qualquer cidadão, mediante cadastro, pode publicar idéias e propostas para os problemas da cidade, além de ter acesso a outras idéias sistematizadas por tema para consulta. Vale mencionar ainda o destaque dado no portal para outra rede, o *Catraca Livre*, de iniciativa do jornalista Gilberto Dimenstein, que atua especialmente na área da cultura e educação. No site do *Catraca Livre*, no entanto, na lista de parceiros, não foi possível encontrar a

Rede Nossa São Paulo.

Acima estão apenas algumas descrições das diversas atividades realizada pela *Rede*, que poderiam ser encaixadas nas idéias de governança social negociada tal como descrita por Rezende *et al.* (2003, p.7):

Nesta perspectiva a abordagem da governança pode ser vista como uma possibilidade de restaurar a legitimidades do sistema político pela criação de novos canais de participação e parcerias entre o setor público e o setor privado ou iniciativas voluntárias, contribuindo para novas formas democráticas de interação público-privada.

A Rede Nossa São Paulo procura se articular com outros movimentos da sociedade civil organizada e assim pressionar o poder político para atender determinadas demandas da sociedade, dentro de uma nova concepção de gestão pública democrática. Para isso utiliza-se das novas ferramentas possibilitadas pela Internet. Exerce, assim, um exercício de governança ao fazer parte de redes sociais que colaboram na execução de programas e projetos sociais, no debate, encaminhamento e deliberação de questões políticas importantes para o desenvolvimento da sociedade como um todo e, mais especificamente, do município de São Paulo.

Em uma análise preliminar, com base nos dados observados, é possível afirmar que a Rede Nossa São Paulo, como uma rede cívica de promoção da participação de diferentes atores da sociedade civil no processo político da gestão urbana de São Paulo, cumpre diversas funções através de seu portal institucional e *hiperlinks*: informação cidadã e política (divulgação de informações e ações, programas, projetos, parcerias com o poder público, etc); articulação de programas e projetos entre os atores participantes; ligação, pressão e parceria com o governo municipal (na pesquisa foi constatado que a *Rede* também atua no nível estadual e federal, por meio de seus projetos); desenvolvimento de indicadores sócio-econômicos (de cada subprefeitura); disponibilização de documentos para *download*, espaço para expressão dos usuários, que não pode ser confundido como deliberação, mas sim com uma ferramenta de interação e desenvolvimento de virtudes cívicas; transparência da gestão urbana (Programa de Metas e Agenda da Prefeitura para 2012); e participação cidadã por meio de consultas públicas, como é o exemplo do projeto Você no Parlamento<sup>15</sup>.

A partir da análise do portal da Rede Nossa São Paulo, apresentada acima,

---

15 Consulta de opinião pública sobre os problemas da cidade de São Paulo. O objetivo é encaminhar o resultado dessa consulta para o próximo prefeito, de forma que ele se comprometa a resolver os problemas apontados. Disponível em: <http://www.vocenoparlamento.org.br/>. Acesso em 15/08/11.

podemos denotar que a *Rede* exerce uma importante influência na agenda de políticas públicas, seja por meio de pressão sobre a Prefeitura e a Câmara Municipal, seja através de parcerias com o poder público ou programas articulados com as organizações participantes. O uso dos dispositivos e mecanismos da Internet não serve diretamente como ferramenta de influência, mas possibilita que os cidadãos possam ter acesso às informações sobre as ações desenvolvidas e futuros projetos, participar de consultas e outras funções já listadas acima. De uma forma geral, podemos afirmar que a Internet confere maior visibilidade para a Rede Nossa São Paulo e suas ações, além de possibilitar a participação dos cidadãos, dão maior transparência e *accountability* para a gestão pública, o que permite garantir maior credibilidade diante da opinião pública e capital político nas negociações com a administração pública.

Por fim, não é possível deixar de lado o fato da *Rede* voltar suas ações para a cidade de São Paulo, maior metrópole brasileira. A cidade materializa as características descritas por Milton Santos (1994), ao relacionar técnica, espaço e tempo. Em um debate a respeito dos meios técnicos científicos e informacionais, o autor nos permite identificar o impacto que a presença da técnica exerce no espaço urbano. Segundo Santos, é possível considerar a história de uma cidade a partir de sua técnica, então seria possível avaliar o cotidiano da cidade a partir da presença das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação. O tempo e o espaço da cidade correspondem ao tempo da produção e consumo, de tal sorte que resta pouco espaço para a materialização do civismo. Segundo Santos, as cidades contemporâneas seriam cidades sem cidadãos, lugares em que “a lei do novo é também a da conformidade e do conformismo. As estruturas mentais forjadas permitem a abolição da idéia (e da realidade) de espaço público e de homem público” (SANTOS, 1994, p.75).

No entanto, se essa é a realidade de São Paulo, cidade do insulamento de indivíduos, afinada com o desenvolvimento do sistema-mundo, a presença da técnica pode servir como elemento de aglutinação, através do uso das NTICs. As redes tecno-sociais assumem um lugar de destaque por conta da velocidade com que as informações circulam. O convite à participação política através do ciberespaço não entra em confronto com o ritmo do mundo do trabalho e, a despeito de serem poucos os casos em que a *Rede* conseguiu organizar movimentos presenciais significativos, a participação por meio da Internet é bastante expressiva, especialmente pela facilidade com que as informações circulam e atuam na formação da opinião pública e pela possibilidade de se exercer

pressão política nos gestores públicos. Ademais, a organização de rede incentiva a circulação de idéias entre as diferentes instituições e atores sociais, o que possibilita o desenvolvimento de ações criativas, algo necessário para a resistência política, como afirmam Hardt e Negri (2005).

### **Considerações finais**

Assim como indicam Meijer et al (2009), estudar as novas formas de participação política a partir do uso da Internet é importante para os cientistas políticos que querem entender a governança e as novas formas de ação política na Era da Informação. As características do meio eletrônico podem induzir a novas relações entre cidadãos, governos e sociedade civil.

A Rede Nossa São Paulo pode ser avaliada a partir dos pressupostos de Kauchakje *et al* (2006), uma vez que estabelece vínculos entre diferentes instituições e possibilita uma ampliação das possibilidades simbólicas dos atores envolvidos, bem como suscitam elementos inovadores para o desenvolvimento de ações pontuais, nesse caso, sobre São Paulo. Segundo os autores, os *hiperlinks* são a principal característica apresentada pelo ciberespaço e também pelas redes tecno-sociais. Os *links* construídos na *Rede* são voláteis, podem se alterar a qualquer momento e correspondem à dinâmica social, que se reconfigura constantemente. Assim, é possível dizer que a Rede Nossa São Paulo revela uma intrincada teia de instituições e atores sociais que se articulam em diferentes instâncias de atuação, que se apropriam da *Web* como espaço maleável de constante reconfiguração de estratégias de ações e relações, sem se configurar necessariamente como um centro indutor. Essa dinâmica identificada na análise da *Rede* está de acordo com o que afirmam os autores, as redes técnico-sociais condicionam, limitam e simultaneamente ampliam as possibilidades de interação social (KAUCHAKJE *et al*, 2006, p. 11).

Ao identificar no portal a característica de centro aglutinador de estratégias de ação, voltadas ao cumprimento dos objetivos apontados, é possível verificar que as diferentes instituições, em intensidades diferentes, fazem uso da *Rede Nossa São Paulo* como espaço de expressão contínua de novas configurações sociais. Essa permanente construção se apóia na realização de ações pontuais, que ocupam espaços nos meios de comunicação tradicionais, em outros portais e sites, mas também junto aos gestores

públicos, empresários e diferentes instituições. Com isso, seria possível identificar nesse caso uma nova forma de organização política, que possibilita novas reconfigurações a partir de ações concretas como atos públicos, abaixo-assinados, cartas-compromisso etc, mas também através de um constante reordenamento das estratégias de ação a partir da partilha de experiências e idéias, individuais e coletivas.

Os resultados iniciais indicam que existe um número cada vez maior de grupos da sociedade civil se apropriando dos dispositivos da Internet em suas práticas. Esses grupos estão incorporando novas formas de ação, mais interativas e colaborativas, seguindo o espírito da Web 2.0, que ajudam a formação de redes sociais de promoção da cidadania e que encontram no universo digital da rede mundial de computadores um novo espaço e ferramenta de ação política.

Contudo, é importante destacar que apesar da Rede Nossa São Paulo estar organizada dentro do paradigma de rede, com relações horizontais entre seus membros, podemos perceber que existem alguns centros aglutinadores das ações (*clusters*) que centralizam as ações e projetos da rede e articulam parcerias junto a esfera política. A maior parte das organizações participantes se limita a colaborar ou apoiar eventos ou programas específicos, sendo que muitas são entidades privadas que atuam dentro da perspectiva da responsabilidade e compromisso social, sem terem experiências específicas em projetos sociais. Nesse caso, a ação em rede permite uma interação com outras instituições com vivências na área, ampliando a capacidade de intervenção da sociedade civil de forma coordenada.

O próximo passo dessa pesquisa é identificar os atores mais relevantes da Rede Nossa São Paulo e definir suas ações e estratégias, de forma a compreender a lógica dos arranjos de governança, e identificar como a Internet, através de seus diferentes dispositivos, pode auxiliar na promoção da cidadania e aprofundamento da participação democrática dos cidadãos.

Concluindo essa etapa inicial, cabe ressaltar que a dinâmica de intervenção da Rede Nossa São Paulo, por si só não garante uma participação política democrática sobre o processo das políticas públicas. Não se pode confundir participação com democracia, como aparece em muitos estudos sobre o tema. A participação política, através da *Rede*, encontra limites no âmbito da legitimidade e representatividade de suas ações, uma vez que os atores sociais mais atuantes do movimento podem direcionar as intervenções do coletivo dentro de uma perspectiva política específica, que muitas vezes não representa

os diferentes interesses existentes na sociedade. Esse direcionamento pode assumir uma posição central na tomada de decisão de políticas públicas ou na promoção de direitos e serviços, contrariando a perspectiva de bem comum, que deveria orientar a ação das políticas de Estado, ou mesmo questionando a idéia de legitimidade desses atores dentro do regime democrático, uma vez que “representam” a sociedade civil, sem, no entanto, ter um “mandato” para isso.

O uso da Internet surge, nesse contexto, como uma ferramenta e espaço para a ação da Rede Nossa São Paulo. O ciberespaço permite que sejam articuladas novas formas de organização, intervenção e mobilização que ampliam os mecanismos de ação, conferem maior visibilidade para os empreendimentos desenvolvidos, como também criam canais de interação com a população, e desenvolvem mecanismos de transparência da administração pública. A Internet também pode ser uma importante ferramenta que por suas características comunicativas, interativas e colaborativas possibilita novas práticas de intervenção do cidadão dentro do processo de tomada de decisão das políticas públicas.

### **Referências Bibliográficas**

BBC Brazil. Constituinte da Islândia testa limites da política pela Internet. Site de informações, 29/07/11. Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/07/110729\\_islandia\\_constituicao\\_internet\\_rw.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/07/110729_islandia_constituicao_internet_rw.shtml). Acesso em 30/07/11.

BAUMANN, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

CASTELLS, M. (1999). *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. V 1. Paz e Terra, São Paulo.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DRIZEK, J. S. *Deliberative democracy and beyond. Liberals, critics, contestations*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

EGLER, T. Redes tecnossociais e democratização das políticas públicas. In: *Sociologias*, Porto Alegre, Nr 23, jan/ abr 2010.

FARAH, M. F. S. & BARBOZA, H. B. *Novas experiências de gestão pública e cidadania*. São Paulo: FGV Editora, 2000.

FIABANE, Danielle. *Controle Social: um novo frame nos movimentos sociais*. Dissertação de mestrado em Administração Pública. São Paulo: EAESP/FGV, 2011,

180p.

FREY, K. Políticas públicas um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21, 2000.

FREY, K. (2002) Governança eletrônica. Experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento. In: EISENBERG, J. & CEPIK, M. (orgs.). *Internet e política*. Teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte : UFMG.

FUNG, A. (2006) *Empowered Participation: Reinventing Urban Democracy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

GOHN, Maria da Glória. Participação da sociedade civil na esfera pública na América Latina. In: *Revista política & Sociedade*, Vol. 10, nº 18, 2011, pp. 223-244.

\_\_\_\_\_ Ações coletivas civis na atualidade: dos programas de responsabilidade/ compromisso social às redes de movimentos sociais. In: *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 46, Nr 1, p. 10-17, jan/abr 2010.

GOMES, W. (2001) *Opinião política na internet: uma abordagem ética das questões relativas a censura e liberdade de expressão na comunicação em rede*. Apresentado no X Encontro Anual da Compós, Brasília, 2001.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Multidão – guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2005.

KAUCHAKJE, Samira *et al.* Redes socio-técnicas y participación ciudadana: propuestas conceptuales y analíticas para el uso de las TICs. In: REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales Vol.11,#3, Diciembre, 2006. Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es>. Acesso em: 10/05/2011.

.MAIA, R.; GOMES, W.; MARQUES, J. (2011) *Internet e a participação política no Brasil*. Porto Alegre: Editora Sulina.

MAIA, R. C. M. (2007) Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. *Logos*. Rio de Janeiro, V.14, P. 43-62.

MARQUES, E. (2006) "Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir de políticas urbanas". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21.

MEIJER, A.; BURGER, N.; EBBERS, W. Citizens4Citizens: Mapping Participatory Practices on the Internet. In: *Electronic Journal of e-Government*, Vol. 7, Issue 1, 2009, pp. 99-112.

MICHELS, A. (2011) Innovations in democratic governance: how does citizen participation contribute to a better democracy?. In: *International Review of Administrative Sciences*, Vol. 77: 275.

NABUCO, A. L.; MACEDO, A. L.; FERREIRA, R. N. "A Experiência do Orçamento Participativo Digital em Belo Horizonte: O Uso das Novas Tecnologias no Fortalecimento da Democracia Participativa." *Revista Informática Pública*, Belo Horizonte vol. 11, nº. 1, p. 139-155. Horizonte, 2009.

NORRIS, Pipa. Preaching to the convert? Pluralism, Participation and Party websites. *Party Politics Review*, Londres, v. 9, nº 1, p. 7 a 31, 2003.

PAPADOPOULOS, Y., & WARIN, P. (2007). Are innovative, participatory and deliberative procedures in policy making democratic and effective? *European Journal of Political Research*, 46(4), 445-472.

PENTEADO, C. L. C; ARAUJO, R. A. P.; SANTOS, M. B. P. (2011) Democracy and Internet: A Comparative Study between Portals of the Ministries of Culture (Br and Ar). Paper apresentado no Congresso *Whatever Happened to North-South?*, IPSA/ AISP, São Paulo, fev 2011. Disponível em: [Democracy and Internet: A Comparative Study between Portals of the Ministries of Culture \(Br and Ar\)](#). Acesso em: 20/07/2011.

PUTNAM, R.D. (2000). *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. New York/London: Simon & Schuster.

REZENDE, Denis A; FREY, Klaus; BETINI, Roberto C. **Governança e democracia eletrônica na gestão urbana**. Artigo apresentado em: Seminário Internacional em Gestão Urbana, Curitiba, 2003. Disponível em: [http://www.pucpr.br/educacao/academico/mestrado/mestrado\\_gestao/seminario/arquivos/governanca\\_democracia\\_eletronica\\_gestao\\_urbana.pdf](http://www.pucpr.br/educacao/academico/mestrado/mestrado_gestao/seminario/arquivos/governanca_democracia_eletronica_gestao_urbana.pdf). Acesso em: 22/11/2006.

SAMPAIO, R.; MAIA, R.; MARQUES, J. Participação e deliberação na internet: um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. In: *Opinião Pública*, Campinas, Vol. 16, Nr 2, 2010.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo, Hucitec, 1994.

SORJ, Bernardo. Internet, espaço público e marketing político: entre a promoção da comunicação e o solipsismo-moralista. In: *Comunicações do ISER: Referendo do Sim ao Não: uma experiência da democracia brasileira*, Rio de Janeiro, 2006, p.23-31.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Uma revisão de literatura. In: *Sociologias*, Porto Alegre-RS, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

\_\_\_\_\_. Federalismo e descentralização na Constituição de 1988: processo decisório, conflitos e alianças. In: *Dados*, v.44, n.3, 2001, p.513-560.

VVAA. (2009). *Internet y la comunicacion electoral. Numero 33 del Quarderns Del CAC dedicado ao uso da internet nas eleicoes*. Barcelona: Espanha. Disponível em: <http://www.cac.cat/web/recerca/quaderns/> (acesso em: 23 de abril de 2010).